



Presidente foge do debate
e celesquianos defendem
empresa pública



PRESIDENTE FOGE E CELESQUIANOS DEFENDEM EMPRESA PÚBLICA

Trabalhadores lotam a Alesc em dia onde o presidente da Celesc, novamente, fugiu do debate

Faltou espaço ontem, 24 de abril, no imenso auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para a audiência pública cujo tema foi “Celesc Pública e a Nova Reestruturação”. Celesquianos dos mais diversos pontos do Estado passaram a madrugada viajando para poderem participar do evento que contou ainda com significativa presença de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Também foi importante a presença das lideranças políticas catarinenses como dos deputados Valdir Cobalchini (MDB) Ismael dos Santos (PSD), Neodi Saretta (PT), Milton Hobus (PSD), José Milton Scheffer (PP), Laércio Schuster (PSB), e representantes de Luciane Carminatti (PT), João Amin (PP), e Ana Paula da Silva (PDT). Participaram ainda da mesa a economista do Dieese, Samya Campana, o procurador do Ministério Público, Davi Espírito Santo, o representante dos trabalhadores no CA da Celesc, Leandro Nunes e o representante da Interce, Paulo Horn. O evento foi coordenado pelo deputado Fabiano da Luz (PT) e também serviu para o lançamento da Frente Parlamentar Catarinenses em Defesa das Empresas Públicas. Apesar de convidados, o presidente e diretores da Celesc não compareceram e foram duramente criticados

A REESTRUTURAÇÃO É PRIVATIZAÇÃO

Abrindo os trabalhos Fabiano da Luz enfatizou sua participação na defesa da Celesc. “Vocês já passaram por muitas batalhas e existem muitas mais a fazer. Não vou deixar a Celesc cair nas mãos de terceiros. A Celesc é de vocês”. Ismael dos Santos lembrou que seu sogro e um cunhado são empregados da Celesc o que lhe dá uma boa ideia da força destes trabalhadores. “Só lamento não estar aqui um representante da empresa. Isto é uma falha. Além disso, não aprovamos ano passado o empréstimo de 1 bilhão do BID para a Celesc para chegar onde estamos agora. Não dá nem para pensar no fechamento de agências. Saretta reiterou seu compromisso em defesa das empresas públicas. “E não há nenhuma razão para a Celesc não continuar pública. Estou muito preocupado, também, com a ausência do presidente e diretores da Celesc.” Também preocupado com a administração da Celesc está o deputado Milton Hobus. Ele contou que no verão que passou algumas comunidades do Alto Vale ficaram até 14 dias em um mês sem energia. Diante disto ele convocou uma audiência em fevereiro para ouvir explicações da empresa que não mandou nenhum representante. “Até hoje não tivemos nenhuma resposta. Isto é uma falta de respeito, coisa inadmissível. Cobalchini também lembrou o empréstimo do BID aprovado em 2018. “Com isto achamos que tínhamos sepultado a questão da privatização. Não há mais espaço para isto. O objetivo da Celesc é atender o cidadão”. Scheffer se disse impressionado pela maciça presença de trabalhadores da Celesc na audiência. “Vocês estão de parabéns e esta mobilização em defesa da preservação e fortalecimento



da empresa pública é muito bem-vinda. Nada mais estratégico para nosso Estado do que a energia”.

Paulo Horn foi muito aplaudido e apoiado ao falar, do ponto de vista do trabalhador da Celesc, sobre o momento atual. Condenou a postura “infeliz, arrogante e covarde” da direção da empresa cuja ausência “é um desrespeito a toda a sociedade catarinense. Postura essa que condiz com todos seus atos desde que assumiu, de autoritarismo e mordação. Logo de quem deveria estar aberto ao diálogo”. Enumerando as pobres justificativas dadas para a reestruturação comentou que elas são “mentirosas” e não trazem informações que toda sociedade está esperando no que tange ao atendimento da população e retirada de direitos dos trabalhadores. Ao tirar a autonomia das agências, lembrou Horn, está sendo dado o primeiro passo para a privatização que é a precarização dos serviços. Como sugestão ele pediu que da audiência resultasse um pedido de suspensão da reestruturação seguido de um amplo debate, dialogando com a sociedade sobre que empresa ela deseja. E também de um pedido para que o governador se posicione sobre o assunto.

Leandro Nunes, fez menção ao fato de que a atual diretoria da empresa não é dona dela e está trabalhando sem ouvir a população e os trabalhadores. Notou que o plano de reestruturação “é da ponte para fora, a culpa é sempre do interior. Culpa do quê? A empresa não está quebrada, cumpre com todos seus compromissos e é a segunda melhor em atendimento no Brasil e na América Latina. Por que mudar? E por que fazer isto sem diálogo com a sociedade? Esta é uma decisão política, apoiada por um grupo pequeno de trabalhadores conhecidos tradicionalmente por serem puxa-sacos. Não concordamos com isto”

Samya Campana salientou que a diretoria da Celesc não respondeu aos questionamentos sobre o porquê da reestruturação. Segundo ela a Celesc é uma empresa enxuta e ágil e que a proposta de reestruturação é arcaica e representa um retrocesso para todos. “Queremos que a diretoria diga qual o impacto da sua proposta. A iniciativa tem que ser suspensa e abrir o debate”.

Finalmente o procurador do MP, Davi do Espírito Santo, parabenizou a iniciativa. “Renovamos aqui nossos votos de defesa do patrimônio público. Não vou me manifestar quanto ao mérito da questão neste momento. Fiquem apenas sabendo que estamos vigilantes e atuantes”.

ENCAMINHAMENTO PARA A LUTA

Como encaminhamento, os participantes da audiência aprovaram uma moção de repúdio à forma como a reestruturação foi encaminhada. Além disso, uma carta ao Governo do Estado será encaminhada, solicitando a suspensão da reestruturação e abertura do diálogo com todos os segmentos da sociedade. Convidado para audiência em uma comissão da Alesc, o presidente também foi alvo de encaminhamentos. Os participantes aprovaram que, caso o presidente fuja novamente do debate, seja encaminhada uma convocação em plenário para que ele seja obrigado a vir ao debate. Além disso, uma audiência com o governador do estado, para tratar da reestruturação e da manutenção da Celesc Pública também foi aprovada.

A disposição de luta dos celesquianos foi o grande destaque desta audiência. Lotando o auditório da Alesc, os trabalhadores demonstraram que não aceitarão ataques à empresa pública e aos seus direitos de quem não tem coragem de debater com a sociedade.

ELETRÓBRAS

ELETRÓBRAS ACEITA PRORROGAÇÃO DA DATA-BASE POR 30 DIAS

Rodada de negociação aconteceu nesta quarta-feira, dia 24

Aconteceu nesta quarta-feira, dia 24, a segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2019 dos trabalhadores da Eletrobras. Conforme solicitação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a Eletrobras afirmou que aceitaria a prorrogação da data-base dos trabalhadores por 30 dias, mantendo assim os direitos do Acordo Coletivo de Trabalho enquanto prosseguem as negociações. Até o fechamento desta edição a rodada ainda não havia terminado. Acompanhem os boletins da Intersul para detalhes da rodada e encaminhamentos na luta por um ACT justo e em defesa da Eletrobras Pública.

ELETROSUL

ELETRICITÁRIOS PEDEM A DEMISSÃO DE PRESIDENTE DA ELETRÓBRAS

CNE encaminhou carta ao Governo Federal

Trabalhadores da Eletrobras pressionam o governo Jair Bolsonaro a demitir o presidente da estatal, Wilson Pinto Ferreira Júnior. Entre os motivos alegados pelos eletricitários estão irregularidades na gestão e a ligação com o ex-presidente Michel Temer, que responde a acusações de corrupção no setor. Ele assumiu o comando da estatal, por indicação do então ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, em 2016.

Entre as irregularidades apontadas pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Wilson tentou aumentar o próprio salário, no ano passado, em 46% e acumula cargos, contrariando o estatuto da empresa. Uma das maiores polêmicas, entretanto, foi que recebeu uma advertência formal da Comissão de Ética da Presidência da República, em 2017, por ter anunciado que iria cortar 40% dos servidores, acusando-os de vagabundos e safados. Os trabalhadores da Eletrobras também lembram que Wilson Pinto teria contratado uma empresa de mídia sem licitação para fazer publicidade negativa da estatal, com objetivo de enfraquecer a imagem da empresa e forçar sua privatização – uma situação que agradaria setores econômicos do governo Jair Bolsonaro. Uma carta aberta dos eletricitários foi encaminhada ao governo pedindo a sua saída.

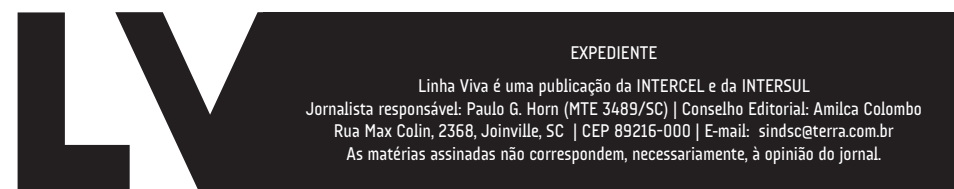
FOZ DO CHAPECÓ

INICIADA NEGOCIAÇÃO DO ACT

Sindicato cobra agendamento de nova rodada de negociação

O Sinergia iniciou as negociações com a empresa Foz do Chapecó, cuja sede fica em Florianópolis. Em assembleia no dia 13 de março, os trabalhadores aprovaram a pauta de reivindicações. Na primeira rodada de negociação, a empresa ofereceu reajuste de 3,89%, porém não houve avanço acerca da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que é uma importante reivindicação dos trabalhadores.

O sindicato cobra a marcação da segunda rodada, visto que o atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) teve vigência prorrogada apenas até o dia 29/04, porém ainda não teve resposta da empresa.



EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Amílca Colombo
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

O JORNALISMO, ASSIM COMO ADELMO, VIVE

por Elaine Tavares, jornalista

O Curso de Jornalismo da UFSC está completando 40 anos e tem realizado uma série de atividades para celebrar essas quatro décadas de formação. Nessa quarta-feira, uma em particular encheu meu coração de alegria. A inauguração de uma placa que dá o nome de Adeldo Genro Filho a uma das salas de estudo do Curso. Nada poderia ser mais especial. É fato que ao longo desses 40 anos muitos educadores de alta qualidade passaram por ali. Mas, Adeldo, pelo menos para mim, é singular. Ele me ensinou a escrever os textos jornalísticos de tal modo que eles extrapolassem a particularidade redutora. Porque ele foi o criador da “teoria marxista do jornalismo”. Uma teoria que nos ensina ser o fazer jornalístico não apenas o ato de escrever uma notícia,

mas uma práxis complexa e poderosa.

Escrever não é só responder as seis perguntas básicas do lead. Escrever é pensar o fato desde a sua singularidade, mas sendo capaz de narrar ali, no espaço curto da notícia, a universalidade do acontecimento. Isso é uma revolução, porque nos tira do espaço da ideologia, da manipulação e nos coloca no caminho do conhecimento. O jornalismo é produção de conhecimento.

Não tive a sorte de conhecer Adeldo pessoalmente. Quando cheguei ao curso de jornalismo ele estava fora, em licença, e logo em seguida morreu. Mas, tive um mestre: Sérgio Weigert, que era seu amigo e parceiro de letras. Ele nos apresentou Adeldo. Ele nos fez ler e compreender aquele livro denso e cheio de complexidade, ele nos ajudou a desvendar o segredo da pirâmide, esse enigma que Adeldo torna tão simples. Sérgio nos fez percorrer os caminhos intrincados da filosofia, abertos a facção por Adeldo ali, naquele curso. E, na paixão do Sérgio por aquele homem e suas ideias, fomos nos apaixonando também.

Desde 1988 que o livro do Adeldo é meu livro de cabeceira. A ele volto em cada dúvida, em cada momento de perplexidade diante do jornalismo. E ali estão as palavras que me movem na certeza de que o jornalismo é a melhor das estradas.

Ontem, no lançamento da placa, o colega Samuel Lima fez uma breve apresentação do homem Adeldo, e de suas obras. Samuel foi seu aluno e conheceu, além do gênio, o ser. Assim como ele, outros colegas jornalistas,

que acorreram à homenagem também fizeram falas emocionadas sobre a figura do Adeldo e sua importância no jornalismo. Gente como a Néri Pedrosa, que o conheceu ainda jovem, em Santa Maria, e Gastão Cassel, também de lá, que trouxeram imagens de tempos distantes quando Adeldo era só um rapaz latino-americano iniciando sua caminhada na política e na teoria. Outros que o conheceram como colega de trabalho, como Eduardo Meitsch, e que tem sido um propagador de suas ideias, e um número expressivo de ex-alunos que ainda carregam nas retinas sua figura generosa, paciente e brilhante.

Eu nunca o vi. Mas, desde que mergulhei, pelas mãos do Sérgio, em seu livro mais importante, “O Segredo da Pirâmide”, compreendi

“Escrever não é só responder as seis perguntas básicas do lead. Escrever é pensar o fato desde a sua singularidade, mas sendo capaz de narrar ali, no espaço curto da notícia, a universalidade do acontecimento”

di que se nunca o vi, sempre o amei. Por ter nos trazido essa teoria, essa forma de pensar o jornalismo, essa práxis libertadora. Ao ouvir as palavras daqueles que o conheceram fui tomada pela emoção. Adeldo não é um rosto na foto. Não é uma placa de lata, não é o nome de um centro acadêmico. Adeldo é fonte de conhecimento e vive. Hoje e sempre. Porque sua teoria segue sendo ensinada nas salinhas do jornalismo, porque suas palavras seguem queimando pestanas, porque sua maneira de pensar o jornalismo é ainda absolutamente necessária.

Adeldo circula por aqueles corredores, mastigando seu cachimbo. E ontem, enquanto tantos que o amaram estavam ali o reverenciando, ele deve ter sorrído, feliz, por se saber ainda tão vivo.

Parabéns ao Curso de Jornalismo e a todos os professores e professoras que seguem levando essa labareda de conhecimento e de beleza que ajuda a formar bons narradores de vida. O jornalismo, assim como Adeldo, vive.

Agradeço imensamente a Maria José Baldessar, que generosamente me concedeu a honra de descerrar a placa junto com Samuel Lima. Foi uma surpresa e uma emoção inaudita. Porque foi ali, naquele espaço que um dia eu encontrei esse homem que até hoje me carrega às alturas da delícia que é fazer jornalismo como forma de conhecimento. Foi uma das maiores alegrias da minha vida.

Que Adeldo siga caminhando, soberano, por aqueles corredores.

Adeldo, presente.

ABRIL VERMELHO



"Neste mês de abril de 2019, mais uma vez, erguemos nossas bandeiras e levantamos nossos punhos em memória de nossos mártires de Eldorado de Carajás e lembramos que em 17 de abril completam-se 23 anos da impunidade do latifúndio. Nossas vozes de indignação e nosso clamor por justiça se somam hoje às vítimas da empresa Vale, no sul do Pará, em Mariana, Brumadinho e tantas outras comunidades ameaçadas por suas dezenas de barragens irresponsáveis. Se erguem contra a impunidade dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e de muitos outros militantes das causas populares. Estamos solidários com as lutas dos povos indígenas e quilombolas, atacados em suas terras pelos interesses do agronegócio com aval do governo. Somos solidários e lutaremos sempre pela liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja prisão desrespeita a Constituição e a vontade do povo brasileiro.

Vivemos tempos do aumento das desigualdades, das injustiças e da violência contra o povo. Tempos de sofrimento e de muitas tragédias, a maioria delas causada pela fúria insana do capital em busca de soluções para a crise estrutural que o sistema capitalista enfrenta em todo o mundo. Em períodos de crise, as alternativas das classes dominantes buscam aprofundar a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e o assalto aos recursos públicos e aos bens da natureza. Nesse momento, isso está sendo feito através de uma descarada espoliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, conquistados a duras penas ao longo do último século e pela privatização desenfreada dos bens comuns da natureza, se apropriando ilegitimamente das terras, petróleo, minérios, água e da biodiversidade. O peso da crise é jogado sobre as costas do povo, com aumento do desemprego, corte da bolsa família, diminuição dos salários, paralisação dos programas de moradia, e bolsas na universidade. E agora querem acabar com a aposentadoria dos pobres e os benefícios do INSS vinculados ao salário mínimo.

O atual governo ganhou as eleições manipulando a vontade popular e impedindo a participação do Lula no pleito. O grande capital o colocou ali para cumprir essa agenda neoliberal perversa. Foi eleito para manter os privilégios dos que historicamente saquearam o país e atacam os direitos da classe trabalhadora.

Não devemos combater as cortinas de fumaça, nem

nos distrair com os arroubos de ignorância. Este é um governo escolhido pelo capital financeiro, formado pelos setores mais entreguistas e antinacionais da classe dominante, verdadeiros funcionários de petrolíferas e de bancos internacionais, fardados ou não. Trata-se de um governo no qual os interesses dos bancos e dos Estados Unidos estão acima de tudo e de todos, como ficou evidente na postura submissa da entrega da Base de Alcântara, da Embraer e da reunião do Presidente e ministros com a CIA e o FBI.

O Governo deveria cumprir a Constituição e ter um programa de defesa dos interesses do povo. Os problemas das pessoas não se resolvem com ameaças, repressão ou fanfarrônicas no Twitter. Este governo envergonha o povo brasileiro, ofende nossa história e os valores humanistas. Esperamos que seja o mais breve possível. E que as contradições abertas pelos problemas sociais que se aprofundam possam se transformar em lutas e organização do povo, para enfrentá-los.

Queremos denunciar, especialmente, que este governo está enterrando a reforma agrária, acabando com o INCRA e todas as políticas públicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Há um aparelhamento e subordinação dos órgãos públicos da agricultura aos interesses da bancada ruralista, dos fazendeiros e das empresas transnacionais do agronegócio. Entendemos que estas medidas atingem não apenas os

camponeses, os povos indígenas e quilombolas, mas todo o povo, com aumento do desemprego, com a migração forçada, liberação dos agrotóxicos e exclusão dos serviços públicos. Há, no Brasil, em torno de cem mil famílias de sem-terras acampadas, esperando pela reforma agrária. E outras 800 mil famílias assentadas, à margem das políticas públicas que foram eliminadas. O que o governo quer? Escondê-las, reprimi-las?

A reforma agrária é uma política de Estado, em que a Constituição determina que o governo desapropriar a todas as grandes propriedades improdutivas que não cumpre função social, que tenham trabalho escravo, crimes ambientais, contrabando e plantas psicotrópicas. E as distribua aos trabalhadores. Não fazer reforma agrária é descumprir a Lei, que eles dizem defender. Não fazer reforma agrária é aumentar a concentração do latifúndio, a pobreza e a desigualdade na sociedade brasileira.

Seguiremos nossa luta em defesa da reforma agrária, da agroecologia e da agricultura camponesa, para que todos tenham acesso a alimentos saudáveis. Em defesa da educação pública com gestão democrática, sem privatizações e mordças. Em defesa das empresas estatais, da soberania nacional e contra a submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

Conclamamos o povo brasileiro a seguir em luta pelo direito de todos ao trabalho, aposentadoria, moradia, emprego, educação, saúde e cultura. Por democracia, justiça social e defesa da natureza como bem comum

Lutar, construir Reforma Agrária Popular!

Coordenação Nacional do MST

Brasil, Abril de 2019".